

**AO JUÍZO DA X VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXX/XX.**

POR DEPENDÊNCIA AOS AUTOS nº XXXXXX

FULANO DE TAL, devidamente qualificada nos autos, vem
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL apresentar

EMBARGOS DE TERCEIRO

À penhora de seu bem, realizada no processo de AÇÃO DE
DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA, sob o nº XXXXX, em trâmite na Xª Vara
Cível desta Circunscrição Judiciária, movida por **FULANO DE TAL**,
NACIONALIDADE, ESTADO CÍVEL, PROFISSÃO, residente e domiciliado na
XXXXXX, XXXXX/DF, CEP: XXXXX, em desfavor de **FULANO DE TAL**, pelos
motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I - DOS FATOS

Nos autos do processo em fase de execução nº XXXXX, foi realizada a
penhora do seguinte bem, no endereço residencial do executado **FULANO
DE TAL**, que ficou como fiel depositário: **veículo MARCA/ MODELO:
XXX/XXXXX ANO FABRICAÇÃO E/ MODELO: XXXX, PLACA XXXXX,
CHASSI: XXXXXXXXX.**

Ocorre que o bem penhorado é de propriedade do embargante, conforme comprova procuração em anexo, razão pela qual impõe-se a desconstituição da penhora, nos termos do art. 674 do NCPC:

***Art. 674.** “Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.”*

Cumpre esclarecer que o embargante adquiriu o bem em XX de XXXXX de XXXX, conforme procuração em anexo, para poder trabalhar com o veículo, sendo, que o único contato que obteve com o executado foi ato do negócio jurídico.

Portanto, provada a propriedade e posse do bem penhorado, justa a pretensão do embargante em ver o mesmo exonerado da constrição judicial.

Por todo o exposto, Requer:

- a) os benefícios da **justiça gratuita**, na forma da Lei nº 1.060/50;
- b) a **suspensão do processo de Execução**, com relação ao bem penhorado;
- c) o deferimento **liminar** dos presentes embargos, para o fim de ordenar a manutenção/restituição do bem penhorado ao embargante, bem como o recolhimento do mandado de remoção;

d) a **citação** do embargado para, querendo, contestar os presentes embargos no prazo legal;

e) a **procedência do pedido**, determinando-se a desconstituição da penhora levada a efeito nos autos do processo nº XXXXX;

f) a condenação das rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do PROJUR - Programa de Assistência Judiciária do Distrito Federal (art. 5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2.131/98), devendo ser recolhidos junto ao XXXXXXXX - **Honorários Advogado/Prog. Assist. Judic. - PROJUR;**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
Defensora Pública